

MULHERES TRABALHADORAS QUE ATUAM EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: TRABALHO, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO

Raylene Barbosa Moreira

Sandra Maciel de Almeida (orientadora)

Universidade Federal Fluminense

raylenemoreira95@gmail.com

Universidade Federal Fluminense

sandramacieldealmeida@gmail.com

Resumo: Trabalho, educação e relações de gênero em espaços de privação de liberdade é o objeto de estudo dessa pesquisa, que tem como objetivo investigar a natureza da percepção de mulheres que atuam no sistema de privação de liberdade sobre como as formas de violência e discriminação estão presentes, ou não, em seu cotidiano profissional. Foram realizadas entrevistas abertas com quatro mulheres que trabalham (ou já trabalharam) como professoras, pedagogas e assistente social nesses espaços. Dentre os resultados observados, destacam-se os relatos de situações de opressão de gênero vivenciadas no cotidiano do trabalho.

Palavras-chave: Privação de liberdade, Gênero, Educação, Trabalho.

Introdução

Como formas de violência e opressão estão presentes no cotidiano profissional de mulheres que atuam nos espaços de privação de liberdade na perspectiva das próprias mulheres trabalhadoras? Essa é a principal questão desta pesquisa realizada no primeiro semestre de 2018 e que entrevistou quatro profissionais que atuam (ou atuaram) nesses espaços como professoras, pedagogas ou assistentes sociais. A discussão sobre gênero, trabalho e privação de liberdade buscou, neste artigo, analisar, por meio da voz das mulheres, a cultura heteronormativa e os padrões pré-estabelecidos socialmente que, muitas vezes, oprimem profissionais do sexo feminino que atuam em espaços majoritariamente masculinos.

Mulheres vivenciam a cultura do machismo em casa, no trabalho, nas relações familiares, de amizade e profissionais. Mas, e a mulher que trabalha em espaços majoritariamente masculinos? Como se dão as relações interpessoais e institucionais nesses espaços? As situações de opressão comumente vividas pelas mulheres cotidianamente, tornam-se mais evidentes? Como as situações de opressão vivenciadas no cotidiano

profissional afetam o desenvolvimento do seu trabalho? No caso desse estudo, foram evidenciados relatos de mulheres que trabalham (ou trabalharam) em espaços de privação de liberdade. Na história, como afirma Ribeiro (2018, p. 1) *as atividades relacionadas à aplicação da lei são entendidas como ocupações essencialmente masculinas*. A autora afirma ainda que (RIBEIRO, 2018, p. 1)

(...) as funções de vigilância, proteção e repressão demandam características, como força física e desprendimento, que não estariam presentes nas mulheres (Joseph PALOMBO, 1992). A construção do feminino, afinal, “enseja uma essencialização pautada na exclusão da ideia de força, de combate, de ação, de virilidade. Ideias que, por sua vez, constroem o homem/homens e estão na base das representações sobre as atividades realizadas pelas Forças Policiais” (Rosemeri MOREIRA, 2009, p. 1).

Neste artigo, além de serem mulheres que trabalhando em espaços majoritariamente masculinos as participantes entrevistadas atuam ainda em profissões ocupadas em sua maioria por mulheres, são elas: professoras, pedagogas e assistentes sociais.

Destaca-se que o espaço ocupado pela mulher na contemporaneidade, mesmo com as conquistas das mulheres nos campos profissional e pessoal, ainda é um espaço de luta, um movimento de contrapelo ao mal-estar produzido pelas relações de abuso de poder e imposições culturais, em que os afazeres domésticos ainda são atribuídos as mulheres, e o trabalho público, fora de casa, aos homens. Louro afirma que

(...) o mundo doméstico, como o "verdadeiro" universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompido, por algumas mulheres. Sem dúvida, desde há muito tempo, as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais. Suas atividades, no entanto, eram quase sempre (como são ainda hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, "de apoio", de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação. (1997, p. 17)

Com os movimentos feministas, essa naturalização e distribuição de tarefas vêm sendo questionada. A função da mulher bem como seu espaço ocupado socialmente vem caminhando em movimento contrário ao que se espera das atividades denominadas domésticas. Como afirma Carloto (2001, p. 210), “a subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas se manifesta não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho”.

Nesse contexto, estão os sujeitos desta pesquisa, mulheres que trabalham em espaços de privação de liberdade, locais com forte presença masculina, em que as relações de opressão,

presentes no cotidiano de todas as mulheres se acentuam. Entender essas relações e dar visibilidade a percepção dessas mulheres sobre essas situações de opressão é um caminho para revertê-las, muitas vezes invisibilizadas pelo cotidiano das práticas profissionais. O machismo estruturado socialmente e os preconceitos sofridos pelas mulheres se acentuam em ambientes majoritariamente masculinos, como afirmam Siqueira e Samparo,

(...)em tempos modernos e após tantas lutas para ingressar e se manterem no mercado de trabalho, as mulheres ainda sofrem inúmeros preconceitos, seja pela mais pura e injustificável discriminação, seja pela notória e inconsistente preferência que muitos empregadores possuem de contratar homens, diante da variedade de normas de proteção que existem visando à proteção do trabalho da mulher. (2017, p. 287)

Considerando a nova configuração social e apesar da inserção da mulher no mundo do trabalho, a hierarquização e a desigualdade entre homens e mulheres ainda é grande no Brasil. Probst, em sua pesquisa, afirma que

No Brasil, as mulheres são 41% da força de trabalho, mas ocupam somente 24% dos cargos de gerência. O balanço anual da Gazeta Mercantil revela que a parcela de mulheres nos cargos executivos das 300 maiores empresas brasileiras subiu de 8%, em 1990, para 13%, em 2000. No geral, entretanto, as mulheres brasileiras recebem, em média, o correspondente a 71% do salário dos homens. (2013, p. 3)

Ouvir as mulheres trabalhadoras sobre as situações de opressão vividas por elas no espaço de trabalho é essencial para compreendermos como encontrar caminhos para sua superação. Apoiada na ideia de que as relações de opressão precisam ser explicitadas que, esta pesquisa, buscou ouvir as mulheres e então, a partir de suas falas, dar publicidade, por meio da pesquisa científica das relações de poder e opressão vivenciadas no cotidiano das suas práticas profissionais nos espaços de privação de liberdade.

Metodologia

A pesquisa realizada é de caráter qualitativo, sendo a entrevista aberta ou etnográfica o principal instrumento de coleta de dados. Foram realizadas quatro entrevistas com mulheres que trabalham em espaços de privação de liberdade e que concordaram em participar da pesquisa. A entrevista teve como intenção buscar evidências de suas perspectivas sobre como as formas de violência e discriminação de gênero estão presentes, ou não, nos seus cotidianos profissionais.

Segundo Mattos (2010, p. 05) esse tipo de entrevista assemelha-se a uma conversa sobre o dia a dia, pois não seguem formalmente um guia e/ou roteiro previamente elaborado. As mulheres entrevistadas foram convidadas a participar do projeto após participarem de um

curso de extensão realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense no primeiro semestre de 2018. Foram entrevistadas 1 pedagoga, 2 professores e 1 assistente social.

Flávia¹ é Pedagoga e trabalha há quase 6 anos em uma unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas Segundo ela, fez o concurso de uma maneira muito inconsciente, pois não conhecia muito sobre o sistema e nunca tinha entrado em uma unidade. *Na universidade não me lembro de nenhuma abertura para a temática. Saí da graduação em 2003-2004, aí decidi que não queria fazer concurso para trabalhar em escola. Tinha amigos que me falavam para fazer concurso para garantir. Aí um amigo me enviou esse concurso do DEGASE.*

Maria é assistente social e também trabalha no Departamento Geral de Ações Socioeducativas, com experiência de 24 anos de profissão. Trabalha numa unidade fechada, num período anterior a medida socioeducativa ser aplicada. Segundo Maria, essa foi sua única experiência em unidade de restrição total de liberdade.

Eu nunca havia tido essa experiência de trabalhar com pessoas em restrição, para mim foi muito difícil trabalhar com muros tão altos e com tanta restrição. Para ter uma ideia, nenhum profissional técnico tinha acesso ao alojamento do menino, e se quisesse ir tinha ameaça dos agentes no sentido de dizer que eles não se responsabilizariam pela nossa segurança. (Maria, Assistente Social)

Rosa é professora voluntária de história na mesma instituição, começou a trabalhar há pouco tempo, somente uma vez por semana vinculada a um projeto social que atua na instituição, ela desenvolve um projeto de alfabetização, com foco no ensino de história.

Ana é professora de língua portuguesa. Atuou como professora durante um ano no Departamento Geral de Ações Socioeducativas e depois pediu exoneração e fez um novo concurso, agora para trabalhar como professora, também de língua portuguesa nas unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro.

As entrevistas foram transcritas, categorizadas e analisadas pelas autoras, dentre os temas destacam-se: ser mulher no espaço de privação; corpo feminino, assédio moral e machismo. Como afirma Cartolo

A existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias as vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. (Carloto, 2001, p. 210)

¹ Os nomes das participantes foram alterados para preservar a identidade das mesmas.

Resultados e Discussão

Ao longo das entrevistas as mulheres participantes relataram como se sentiram, foram tratadas e como as relações interpessoais se estabeleceram ao longo de suas trajetórias profissionais nas instituições de privação. Todas as entrevistadas relatam um ponto em comum nas suas falas: o assédio por parte dos agentes ao chegarem nas instituições.

Porque a primeira entrada na unidade assim, o olhar dos agentes, é um olhar de que está entrando um pedaço de carne, de filé. E aí isso era recorrente, até pelo menos você conseguir estabelecer uma relação de olhar nos olhos e dar bom dia, falar “e aí, tudo bem? Nós somos colegas. Vamos trabalhar juntos.” Isso foi as primeiras vezes que eu entrei, e olha que eu sou uma pessoa que tento falar com todo mundo. Foi muito impactante! Demorou um tempo até eu conseguir ter essa relação de respeito, de quem está trabalhando no mesmo espaço. Porque esse olhar de sedução, é quase um olhar de coerção também. Ele é um olhar de quem pode dominar aqui, então tem essa coisa que passa pela sexualidade, mas que é de domínio, que é de quem manda. E é bem agressivo. (Flávia, Pedagoga)

Já na primeira unidade, foi muito desagradável, principalmente pelos agentes. Já começa por eles. Eu assim fui muito maltratada. Maltratada do tipo era um tom de brincadeira, mas eu não tinha dado intimidade pra eles. Então eles falavam coisas do tipo “- ah, patricinha maconheira vem para cá e acha que vai fazer revolução!” Sendo que eles nem me conheciam, nunca tinham falado comigo. Falavam mais, do tipo “-ah! Essas comunistas, patricinha, comunistas de Iphone”, ficavam debochando. Falavam bem perto de mim, até os alunos ouviam. Até os alunos se sentiam constrangidos. Os internos mesmo falavam “não, professora, deixa pra lá.” (Rose, Professora)

Sentia um desprezo por parte dos agentes, como se eles debochassem. Muitas vezes eu me dirigi a algum agente porque minha turma não estava liberada e eu queria saber sobre a minha turma, e alguns nem olhavam para mim. Eu chamava pelo nome, perguntava. Eu tinha um tratamento extremamente polido, pois não queria que eles tivessem nada para falar de mim. As vezes os alunos falavam assim “não dá confiança para ele, não”, aí eu respondia “ah, meu querido, a gente tem que fazer a política da boa vizinhança, senão daqui a pouco minhas turmas não estavam saindo para a aula.” Então deboche, quantas vezes eu falei “a gente tem uma atividade super importante hoje.” Aí eles respondiam “é, importante, né, professora? Dar aula para vagabundo é super importante” (Ana, Professora).

Eu tive assim, uma experiência muito complicada, né?! No início gera um pouco de medo, porque você trabalhava com homens fortes, muito grandões, né?! Principalmente por ser mulher, tinha toda uma ironia, um deboche e por ser assistente social era pior ainda. A visão que eles têm do serviço social é que a gente é muito boazinha, que a gente quer defender bandido e que a gente tem toda essa postura de defender os meninos. Não adiantava querer estabelecer diálogo, porque era muito difícil estabelecer o diálogo com esse grupo de agentes. Então eram ameaças veladas, não tão declaradas. Do tipo: “Olha, quer ir no pátio, tudo bem, mas a gente não dá segurança nenhuma”. Aí como que a gente vai entrar no pátio, com 200 meninos, sem segurança nenhuma? Então ninguém ia. (Maria, Assistente Social)

Para Ribeiro (2018, p. 10) a prática do assédio moral é uma conduta tão antiga, quanto o próprio trabalho e caracteriza-se por ações de discriminação, humilhação, desrespeito ou constrangimento e pode gerar patologias como ausências frequentes no trabalho e pedidos de licenças psicológicas. Segundo a autora

Atualmente, o assédio moral pode ser entendido como um fenômeno que “ocorre mais comumente em ocasiões de exercício do poder, visando atingir a autoestima, segurança ou imagem da pessoa” (RIBEIRO, 2018, p. 10).

Maria descreve o sofrimento sofrido por ela com essas experiências no trabalho:

Para mim foi uma experiência bem sofrida, bem complicada. Existe o assédio sim. Não somente dos agentes, mas dos homens que trabalham lá, no geral. Desde a portaria. Não posso dizer que todos os agentes são assim, eles ficam 24 horas lá dentro, dizem que sofrem ameaças. (Maria, Assistente Social)

É importante ressaltar que este olhar, além de um olhar profissional, remete sua condição como mulheres nesses espaços, um olhar sobre o corpo feminino, num ambiente masculino.

Engraçado, porque essa coisa de ser mulher quando eu entrei, aí quando a gente entrou em janeiro de 2013, o fato de ser um corpo feminino começou a ser uma questão. Porque a gente entrava e a maior parte dos profissionais, os agentes, né? Que são maior número de profissionais do DEGASE são majoritariamente homens, é uma unidade masculina. Mas, tinha uma questão com relação a roupa. Assim, esse olhar dos meninos foi uma questão, a partir daí ficou essa questão de pensar que roupa usar, como vir. Pra não provocar, mas ao mesmo tempo de não me sentir privada da minha própria liberdade. É, passava pela minha cabeça que tipo de roupa vestir, tanto pelos adolescentes quanto pelos agentes. (Flávia, Pedagoga)

Neste momento, Flávia estabelece a conexão entre ser mulher e estar neste espaço majoritariamente masculino. E como forma de expressão e experiência, relata como as piadas sobre questões relacionadas a sexualidade eram frequentes nas relações interpessoais.

E para mim, a coisa da sexualidade me marcou muito. E aí tinham dois diretores sentados na sala e todo mundo fez uma piada sobre algemas, sobre prender e sexualidade, sabe?! Aí eu fiquei me sentindo tão constrangida. E tinha isso, pairava no ar essa coisa meio desse espaço de sexualidade ser sempre um espaço de brincadeira, de piada, de olhar, que estava sempre tudo misturado. Aqui dentro tinha muita mistura entre o que é profissional e o que é curtidão e sexualidade. E aí isso me assustou e me chocou muito. Eu tentava o tempo inteiro marcar esse limite e deixar claro que não tinha espaço para essa mistura. E durou um tempo para conseguir passar por cima desses olhares e entrar na unidade sem me sentir agredida pelo olhar dos colegas e que aquilo era o jogo deles, mas que para mim não era aquilo. (Flávia, Pedagoga)

Corroborando com as falas de Flávia, cabe destacar a fala de Rose, que relata que

No geral eu prefiro quando tem um professor homem comigo, porque os

meninos ficam menos agitados, mas nada de assédio, nunca fizeram nada comigo. Eu prefiro a presença masculina porque os internos têm muito a questão do respeito. O tratamento lá dentro é muito machista. Os alunos são machistas, os agentes mais ainda. Para a gente conseguir alguma coisa, tudo a gente tem que dar um jeitinho porque assim, pela burocracia você desiste. Então, o fato de você ser mulher, se você der o seu “jeitinho” você consegue mais coisas. (Rose, Professora)

Maria relata a mesma experiência de Rose quando afirma que

O difícil de ser mulher lá dentro, é mais envolvendo os agentes. Se eu fosse um homem, assistente social, com certeza minha relação com os agentes seria outra, no sentido do respeito. Nas relações de gênero não tem como negar em todas as relações de trabalho. Eu vejo que o pedagogo que é homem, eles tratam um pouco diferente. Às vezes eu falo assim para o pedagogo “vai lá porque você é homem e eles vão te obedecer!” É até um machismo meu, né?! Mas você cansa tanto de ouvir tanta piada, se estressa, que você acaba se desgastando. Aí você cansa de querer traçar um diálogo com o outro e fazer com que ele entenda que ele está errado que aquela visão está errada. Mas, esse é o trabalho, incansável mesmo. (Maria, Assistente Social)

Ana expõe a percepção de que esta uma vivência exclusivamente feminina, para ela a experiência dos professores homens não passa pelas mesmas situações de opressão e assédio relatadas por ela.

Eu acho que professores homens não passam por este processo. Tem uma ideia de exercer a autoridade, botar uma mulher no seu devido lugar. Fora o controle do corpo mesmo da gente, né? Porque era obrigatório o uso do jaleco, com o objetivo de inibir o desejo que os meninos poderiam ter por nós. (Ana, Professora)

O relato deixa claro que a opressão e repressão sofridas era especificamente pela condição de serem mulheres dentro desses espaços. Os relatos e experiências abordando esta situação foram comuns no relato de todas as participantes, a necessidade de expor, bem como falar sobre a temática, permitiu que essas mulheres expusessem seu ponto de vista, e as estratégias utilizadas por elas para tentar reverter essa situação. Outro aspecto apresentado por Flavia é a questão racial, a experiência de ser, ainda, uma das poucas mulheres negras da equipe técnica nesse espaço.

Eu fiquei pensando no início da fala, quando falamos sobre ser mulher, uma coisa que me marcou foi quando eu entrei era uma equipe técnica composta por 20, 30 profissionais e eu era a única mulher negra. Eu era a única pessoa negra naquela equipe técnica, que era composta por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos. Tinha uma estagiária de psicologia negra. Isso também foi forte. Mas depois que entrou a X que é psicóloga, a gente fez vários trabalhos juntas, que foi diferente. Foi bem impactante ver isso também. Os agentes não, você vê agentes negros, e mesmo sendo negros, não sei se eles têm consciência de que são negros e o que significa isso. (Flávia, Pedagoga)

Os movimentos de opressão e as tentativas de estabelecer o poder, neste caso, vão além da repressão física, mas também psicológica. Maria relata de forma breve, estabelecendo conexão entre o tratamento que recebia e o tratamento que os meninos da unidade em que trabalhava recebiam, e como Ana, que relatou como foi recebida no espaço em que atuava.

Um espaço com muita repressão, não digo nem tanto a repressão física em si, mas a psicológica. Os meninos, a gente via na postura deles, aquela postura forçada, de disciplina mesmo. Mãos para trás, cabeça baixa. E a gente via algum menino machucado, os meninos mesmo diziam que era entre eles, que caíram da cama. (Maria, Assistente Social)

Quase toda semana se eu comentasse alguma coisa de algum estudante, o agente vinha dizer que era estuprador, que tinha feito isso e acontecido aquilo com as mulheres. Quando me apresentei me perguntaram “nunca veio aqui não?”. Respondi: “não, não”. “Aqui só tem estuprador”, disseram eles. E eu “é mesmo? Caramba, não sabia!”. “É, aqui é seguro de vida”. Disseram. Aí ele me explicou o que era seguro de vida do ponto de vista deles. O aviso era para nós, mulheres. Não era um aviso preocupado, era um tom de ameaça. (Ana, Professora)

O machismo estruturado socialmente e os preconceitos sofridos pelas mulheres se acentuam em ambientes majoritariamente masculinos, como demonstrado nas falas das participantes e corroborado por Siqueira e Samparo:

(...) em tempos modernos e após tantas lutas para ingressar e se manterem no mercado de trabalho, as mulheres ainda sofrem inúmeros preconceitos, seja pela mais pura e injustificável discriminação, seja pela notória e inconsistente preferência que muitos empregadores possuem de contratar homens, diante da variedade de normas de proteção que existem visando à proteção do trabalho da mulher. (2017, p. 287)

No caso das mulheres que trabalham com educação em espaços de privação de liberdade o preconceito se dá ainda pelo fato de serem mulheres, por atuarem num espaço “de homens” e também por exercerem uma profissão considerada feminina, que é a profissão docente. Como afirmam os autores

a divisão sexual do trabalho parte de dois princípios, o da separação e da hierarquia. O primeiro reconhece a existência de trabalhos tidos como especificamente femininos e outros como masculinos; por sua vez, o segundo admite a superioridade do homem em qualquer trabalho. Conclui-se que, em ambos, não há uma liberdade de escolha quanto às funções a serem exercidas pelos sexos, além de corroborar com a existência da dominação masculina sobre as mulheres. (2017, p. 300)

Por tanto, a questão relacionada ao gênero, “de um lado, funciona como categoria descritiva da realidade social, que concede uma nova visibilidade para as mulheres, referindo-se a diversas formas de discriminação e opressão, tanto simbólicas quanto materiais”. (Carloto, 2001, p. 203). Sobre a cultura machista e sua legitimação neste espaço, cabe a fala

de Ana

Os professores homens não eram obrigados a usá-lo. Alguns usavam, mas a obrigatoriedade era para nós, mulheres. Há certas coisas que você não tem como impedir, mas a relação respeitosa você constrói. Na verdade, o que eu acho que tinha que ter e vai faltar para sempre tanto no DEGASE quanto no prisional é uma educação feminista, porque se houvesse uma educação feminista essa coisa de roupa, essa coisa das liberdades que eles acham que podem ter com a gente seriam desconstruídas, mas é meio que um tabu isso. (Ana, Professora)

As constantes tentativas de legitimação da cultura machista eram vivenciadas cotidianamente por essas profissionais, elas relatam que buscavam formas de reverter e enfrentar essa situação.

Com relação à desconstrução, eu e mais duas funcionárias fizemos um trabalho que era as segundas feiras ficar depois do nosso horário, de 18 até as 20h da noite para bater papo com os agentes, fazer uma roda de conversa por conta disso. (Flávia, Pedagoga)

Eu enfrentava primeiro a resistência dos caras, né? Porque para os presos eu cansei e ouvir frases como “quando eu estava com dinheiro eu tinha mulher, depois que eu fiquei na “merda” eu deixei de ter mulher”. Aí eu respondia: Sabe o que eu acho engraçado nisso? É que quando você estava com dinheiro, a mulher que você procurou era essa que gostava de dinheiro, porque ela existe, mas existe também aquela que não dá importância para isso”. Eram essas conversas que eu queria ter com eles. Primeiro ver a mulher na condição de professora, de gestora já quebra a expectativa deles com relação a superioridade, essa relação tensa para mim era fundamental, isso tinha que ser explicitado o tempo todo. Tinha que colocar a tensão para aflorar. Depois ir discutindo, debatendo, vendo soluções. Mas esses movimentos eram reprimidos o tempo todo. (Ana, Professora)

E, em outro momento, essas mulheres relataram os resultados de suas práticas e a busca por reverter essas situações no âmbito institucional, como podemos observar nas falas de Flávia e Ana:

Essa roda de conversa durou um tempo, foi bem bacana de ser feito. Com relação a reação deles, nas primeiras vezes a gente apresentou a proposta, mas tinha muita resistência. As vezes eles estavam a fim de sentar e conversar, as vezes eles ignoravam nossa presença e só um ou dois sentavam com a gente. (Flávia, Pedagoga)

Eu passei um filme com o título Amor?² no filme os atores interpretam narrativas de violência contra a mulher, aí tem lá como eles se sentiam, como eles viam aquilo tudo. Não consegui passar o filme todo porque os homens começaram a meio que quase passar mal, porque aquilo estava afetando, estavam angustiados. Então, o que eu percebo, que eu, sozinha, formada em letras, não daria conta dessa experiência, que eu precisava ter

² Amor? É um longa de João Jardim que aborda as relações amorosas que são pautadas pela violência.

uma equipe interdisciplinar comigo, com psicólogo, pedagogo, todo mundo envolvido no projeto para dar conta dessas complexidades. (Ana, Professora)

Deste modo, e com estes relatos de experiência, apoiada na fala de Louro (1997, p. 33), em que “não custa reafirmar que os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder”. Há também, falas como as de Maria e Rose, que nos permitem enxergar essa naturalização de relações de opressão.

Agora a questão de funcionários é muito velada, meio que é ignorado como é e o que é ser mulher dentro do DEGASE. É a mesma coisa que na sociedade, né?! Seria importante que essa discussão ganhasse espaço. A gente não tem também dentro desse sistema um departamento que atenda os funcionários. Muita gente adoce dentro do DEGASE. Há um sofrimento. Eu também não estou generalizando que todos os agentes homens são assim, não são os 100%, mas a gente sofre isso. (Maria, Assistente Social)

Todos os aspectos me desanimam. Eu saio arrasada, todos os dias. Eu estou lá porque eu acho que é meu dever estar lá, entende? O Estado já foi omisso, muitos pais não te condições, então a sociedade tem que assumir a educação. Então eu acho que é um esforço estar lá, é uma máquina de moer gente. (Rose, Professora)

“O ronco surdo dessa batalha deve nos instigar ainda mais na busca de novas formas e experiências, com as quais seja possível pensar e agir diferentemente do que temos pensado e agido nesta e com esta temática”. (PENNA, CARVALHO & NOVAES, 2016, p. 120). Quando questionadas sobre os resultados e a configuração desses espaços, destacamos as falas de Ana, que luta para que estas relações sejam modificadas:

É um tabu você tocar nesse assunto “feminismo”, né? Eu tentei o tempo todo. Tenso. Sempre tenso. Eu trabalhei na unidade de seguro de vida, então grande parte da população do seguro de vida era envolvida com crimes de natureza sexual, que era atentado ao pudor, estupro, etc. Mas é assim, eu acho que tem que mexer com esses fantasmas. De outra forma não tem como mudar. A violência contra a mulher, mesmo que o sujeito morra, se a mentalidade que gera essa pessoa não mudar, acabam aparecendo outros. É a cultura da violência, cultura do estupro que precisa ser transformada. Tinham atitude de amedrontar. Eu acho que a minha geração penitenciária perde oportunidade de viabilizar esses encontros, quando oprime, não dá esses espaços, reproduz a violência. São experiências que me mostravam que o caminho estava ali. Isso eu fazia fora dos meus horários de aula, não havia carga horária para esses processos. (Ana, Professora)

Conclusões

Neste trabalho, apresentamos os dados coletados a partir de uma pesquisa realizada com quatro mulheres que trabalham em instituições de privação de liberdade como pedagogas, professoras e assistente sociais. Pretendíamos problematizar se essas instituições são um

“lugar para a mulher”, ou se são arquitetadas somente como um lugar para homens, em que imperam as percepções heteronormativas sobre o lugar da mulher na sociedade.

Os resultados indicam que, apesar da luta das mulheres em ocupar lugares, que, em nossa sociedade eram destinados somente aos homens, como o trabalho, por exemplo, as barreiras vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras nessa pesquisa ainda são muitas. Após o ingresso nas instituições as participantes relatam que viveram situações de discriminação e preconceito, essencialmente, pela razão de “serem mulheres”, situações como: a hostilidade de seus colegas do sexo masculino, geralmente pelos agentes, a discriminação por meio de piadas machistas, que inferiorizam as mulheres; o assédio moral e sexual e ameaças em relação a segurança de seus corpos.

Destaca-se que para que essas atitudes não aconteçam é preciso dar visibilidade para a fala dessas mulheres, especialmente nas instituições que trabalham, reconhecendo que são segregadas e agredidas pela sua condição feminina, é necessário desconstruir essas práticas que reforçam estereótipos e discriminam as mulheres quando essas conseguem alcançar lugares e papais considerados pela sociedade machista como de homens, a partir unicamente de uma lógica masculina de dominação.

Referências

- CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997
- PENNA, Marieta G. de Oliveira. CARVALHO, Alexandre Filordi. NOVAES, Luiz Carlos. A formação do pedagogo e a educação nas prisões: reflexões acerca de uma experiência. *Cedes*, Campinas, v. 36, n. 98, p. 109-122, jan.-abr., 2016
- MATTOS, Carmen L.S.G. de. *Mulheres encarceradas e seus filhos (as): vulnerabilidades, desigualdades e disparidades socioeducacionais e suas intersecções de gênero e pobreza um estudo etnográfico em Brasília, DF e Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PROPED/ UERJ, 2010. Projeto de Pesquisa.
- PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. A evolução da mulher no mercado de trabalho. *Instituto Catarinense de Pós-Graduação* v.1, n.1, p.1-8, 2013.
- RIBEIRO, Ludmila. Polícia Militar é lugar de mulher? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 1, e43413, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000100213&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 de jun., 2018.
- SIQUEIRA, Dirceu Pereira; SAMPARO, Ana Julia Fernandes. Os direitos da mulher no mercado de trabalho: da discriminação de gênero à luta pela igualdade. *Revista Direito em Debate*, [S.l.], v. 26, n. 48, p. 287-325, dez. 2017. ISSN 2176-6622. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/7233>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.